

negociação em junho

Após 85 dias de espera e muitas cobranças por parte da Frente Nacional dos Petroleiros, finalmente a Petrobrás sinalizou com o início das negociações da PLR (Participação nos Lucros ou Resultados) de 2007. Em carta enviada aos sindicatos da FNP, ontem (28/05), o RH agendou reunião para o dia 4 de junho, às 15h, no Edise. Segundo o documento, "os valores pagos como adiantamento serão compensados na quitação da PLR/2007, que ocorrerá a partir de junho, desde que observados os termos da legislação que rege a matéria".

Luta contra os leilões

Reunião do Fórum hoje e audiência pública dia 4 na Câmara

O Fórum Nacional contra a Privatização do Petróleo e Gás tem reunião nesta quinta-feira, 29 de maio, às 18h, na sede do Sindipetro-RJ. A comissão de elaboração do abaixo-assinado e manifesto, instituída no último encontro do fórum, apresentará a versão final dos materiais. Também em pauta os detalhes do ato-show contra a continuidade dos leilões das áreas promissoras de petróleo e gás: local, dia, artistas convidados e programação.

AUDIÊNCIA PÚBLICA - A Câmara Fe-

deral confirmou audiência pública "sobre as perspectivas para o setor de petróleo e gás e o impacto econômico das recentes descobertas de campos de petróleo no Brasil.", para o próximo dia 4 de junho, às 10 h. Será no Plenário 14 do Anexo II. Lamentavelmente, na mesa de debates, não estará representado o amplo leque de instituições, entidades e cidadãos que questionam a manutenção dos leilões de áreas estratégicas de petróleo e gás. Os convidados são o presidente da Petrobrás, Sérgio Gabrielli, o presidente da Repsol YPF,

João Carlos de Luca - também presidente do IBP e ex-diretor da Petrobrás - além do presidente da BG E&P Ltda. A audiência foi convocada pelos deputados Brizola Neto, Arnaldo Vianna, José Carlos Aleluia, Arnaldo Jardim e Osório Adriano e terá a participação da Comissão de Desenvolvimento, Indústria e Comércio.

No Brasil, o monopólio estatal da extração e distribuição do petróleo deixou de existir desde o governo Fernando Henrique Cardoso. A criação da Agência Nacional de Petróleo, em seu governo, faz a política de

interesse das empresas e não mais do Estado. FHC também privatizou parcialmente a Petrobras, vendendo cerca de 30% de suas ações na bolsa de Nova Iorque.

Atualmente, os países que controlam mais de 80% da oferta de petróleo no mundo são Arábia Saudita, Irã, Kuwait, Rússia, Venezuela e Líbia/ Iraque. E com exceção da Arábia Saudita e Kuwait, todos os demais têm problemas políticos com o governo dos Estados Unidos, o que tensiona permanentemente a oferta. **(Com informações da APN: www.apn.org.br)**



Aposentadas da Austrália também tiram a roupa

Petroleiros aposentados da Petrobrás estão fazendo escola: depois da manifestação de bancários aposentados nus no Rio Grande do Sul, ainda no ano passado, agora foi a vez das aposentadas da Austrália.

Elas tiraram a roupa durante manifestação em Melbourne, na Austrália. Centenas de aposentados pararam o trânsito no centro da cidade para protestar contra os poucos recursos destinados pelo gover-

no aos idosos no orçamento federal. Eles reclamam da falta de apoio do governo e querem adicional de US\$ 70 a US\$ 100 por semana em suas pensões.

(Fonte: Reuters)

Nova Diretoria no SINDIPETRO-RJ

Eleita em abril, a nova diretoria do Sindipetro-RJ, triênio 2008-2011, toma posse no próximo dia 1º de junho. Orientada pela unidade em defesa da independência do movimento sindical e dos direitos dos trabalhadores, a nova gestão terá como seus principais desafios a intensificação da luta contra os leilões do nosso petróleo e gás, o enfrentamento às reformas que retiram direitos dos trabalhadores, a continuidade das mobilizações em defesa dos direitos dos petroleiros e pelo fim das discriminações na Petrobrás, entre outros.

Para apontar as perspectivas para a gestão que se inicia, integrantes da nova diretoria do Sindicato falaram à Web Rádio Petroleira no último dia 26/5. Estiveram presentes Emanuel Cancellata (Secretário Geral), Francisco Soriano (Secretário de Finanças), Edison Munhoz (Secretário de Assuntos Jurídicos) e André Bucarecky (Secretário de Saúde, Meio Ambiente, Segurança e Novas Tecnologias).

Continua na página 3.

O FUTURO DO MOVIMENTO SINDICAL PETROLEIRO

Neste fim de semana, duas eleições vão definir os rumos do movimento sindical petroleiro: SE/AL e NF. De um lado, o movimento sindical pelego representado pela FUP. E, do outro, a FNP que se apresenta como representante do resgate histórico do movimento dos trabalhadores petroleiro que inclui independência, negociação, mobilização e greve sempre que necessário para fazer valer os interesses dos empregados.

A FUP SEGUE O SEU DESTINO... - A FUP, que, como representante sindical da categoria vai ladeira abaixo, agora nas eleições sindicais assumiu de vez práticas como mentiras, fisiologismo, falso moralismo. Em Macaé, farta distribuição de camisetas e mochilas. Em Sergipe/Alagoas, material da chapa da FUP "denuncia" privilégio de diretores do Sindipetro-SE/AL que foram contemplados pelo PCAC, como se a regra não valesse para todos. Dirigentes sindicais não podem receber o mesmo nível que um trabalhador da base? Mas por que não questionam os dirigentes dos Sindipetros ligados à FUP que também recebem? O "acusado" recebeu nível em critério estabelecido pelo pró-

prio RH, e sua culpa foi passar de Júnior para Pleno depois de dez anos, conforme estabelecido no Plano de Cargos.

SEM ROUPA, MAS COM MUITA DIGNIDADE - E os peladões foram à luta no Pará, no Rio, em Macaé e agora em Sergipe/Alagoas. Até agora a vitória está com os peladões, nem os aposentados se deixaram levar pelo falso moralismo da FUP. Voltaram em massa nos "sem roupa, mas com muita dignidade".

ELEIÇÕES AINDA REPERCUTEM NO RIO - Aqui no Rio alguns membros da oposição insistem na falácia de que ganharam na ativa e perderam nos aposentados. A chapa vitoriosa no Sindipetro-RJ, que toma posse no dia 1º de junho, orgulha-se de ter ganhado entre os aposentados e nas principais bases do Rio (Edise e Cenpes).

SINDIPETRO-RJ - A direção do Sindipetro-RJ se fez e faz presente em todas essas eleições e apurações, defendendo as bandeiras petroleiras e da soberania nacional. No nosso entendimento, a FUP, enquanto representante dos trabalhadores, esgotou-se. Defendemos a FNP como instrumento em defesa dos in-

teresses dos petroleiros. A categoria, através do seu voto, vai se manifestar de forma soberana e democrática. Vamos aguardar a mensagem das urnas. Como dizia Che Guevara, "Até a vitória, sempre!".

CDPP - O Comitê em Defesa dos Participantes da Petros divulgou nota em que crítica inverdades ditas pela FUP nos recentes processos eleitorais. As 19 entidades que a assinam lembram que a Frente Nacional dos Petroleiros criticou o Acordo de Obrigações Recíprocas por este ser lesivo aos interesses dos participantes da Petros. E lembram que "não se pode admitir, em hipótese alguma, que uma dívida confessada seja usada para obrigar os participantes da Petros a abrir mão de seus direitos. Muito menos como moeda de troca para que sejam conquistadas as reivindicações históricas da categoria, como a paridade efetiva na administração da Petros", entre outras. Os trabalhadores "repudiam mais essa tentativa escusa da FUP de usar em período eleitoral desinformação, publicando como certa a homologação pelo Judiciário da sua traição, quando o processo está muito longe de terminar".

Fim do Fator Previdenciário pode estar próximo

Projeto de lei foi aprovado no Senado e tramita na Câmara

O Projeto de Lei 3299/08, do Senador Paulo Paim (PT-RS), que extingue o Fator Previdenciário como elemento para calcular o que o aposentado deve receber de benefício, encontra-se na Comissão de Seguridade Social e Família da Câmara dos Deputados. A revogação foi aprovada pelo Senado Federal em abril deste ano. A proposta aguarda designação de relator.

Ao utilizar esse fator para cálculo do benefício, o trabalhador é obrigado retardar sua aposentadoria, pois precisa trabalhar mais tempo e ganha bem menos como aposentado. O Fator Previdenciário é calculado na data do início do benefício, com base em quatro elementos: alíquota de contribuição; idade do trabalhador; tempo de contribuição; e expectativa da vida (calculada pelo IBGE) de homens e mulheres.

GRANDE PERDA - Em artigo publicado no *Valor Econômico*, de 13 de maio, o advogado Daisson Portanova esclarece que os trabalhadores que estão prestes a se aposentar, em igual distribuição de tempo de contribuição e idade, perdem, em cinco anos de aplicação do fator previdenciário, praticamente 21% do valor de seus benefícios, demonstrando a clara intenção de restringir a concessão dos benefícios a ponto de levá-los a uma espécie de aposentadoria por idade. "Para o trabalhador atingir o fator 1,00 ou



100%, deveria ter a idade de 63 anos e 35 de trabalho hoje", afirmou.

Segundo Portanova, ao ser criado o Fator Previdenciário, em 1999, suas seqüências não foram sentidas imediatamente, porque havia uma regra transitória que garantia ao aposentado, o percentual de 99,63% (da média dos seus salários caso estivesse com 35 anos de trabalho e 53 anos de idade, se homem. No entanto, com o passar do tempo, o mesmo trabalhador, com o mesmo tempo de traba-

lho e idade, "terá sua aposentadoria calculada com base em um percentual próximo de 68,90% (em dezembro de 2005) da média dos salários, computados desde julho de 1994, sendo descartados 20% dos piores valores corrigidos."

FHC - O advogado lembra, ainda, que essas modificações vieram com a Emenda Constitucional 20 de 1998, ou seja, do governo FHC, que "autorizou o cálculo de benefícios de forma a ser sustentável

atuariamente, deformando o que havia sido resgatado pela Constituição Federal de 1988." A Constituição assegurava aos aposentados e pensionistas terem cálculos corrigidos pela média de 36 meses, quando o sistema anterior só corrigia os primeiros 24 meses.

NOVO CÁLCULO - De acordo com o portal da Câmara, o projeto de lei determina que o salário-de-benefício passe a ser calculado a partir da média aritmética simples de todos os últimos salários-de-contribuição dos meses imediatamente anteriores ao do afastamento da atividade ou da data da entrada do requerimento, até o máximo de 36, apurados em período não superior a 48 meses. No caso dos segurados especiais - trabalhadores rurais que produzem em regime de economia familiar, sem utilização de mão-de-obra assalariada -, o salário-de-benefício não poderá ser menor que o salário mínimo. Se o segurado tiver menos de 24 contribuições no período de 48 meses, o valor será de 1/24 da soma dos salários-de-contribuição apurados.

NETO - O ministro da Previdência Luiz Marinho informou às centrais sindicais em reunião que o presidente vai vetar o projeto se este for aprovado na Câmara. O presidente Luiz Inácio Lula da Silva confirmou, em entrevista ao jornal *Correio Braziliense*, que vetará a extinção do Fator Previdenciário. O argumento é o de sempre: aumento do déficit da Previdência. Mas dados oficiais mostram que este baixou 17,2% no primeiro trimestre neste ano, em relação a 2007.

FALA PETROLEIRO

Qual é o papel do Sindicato e de seus dirigentes?

O sindicato tem que ser a voz dos trabalhadores! Os anseios, desejos, reivindicações e lutas da categoria é que movimentam e impulsionam o movimento sindical. O Sindipetro-RJ e a nova diretoria eleita assumem o compromisso de manter ação do sindicato como a expressão viva e pulsante da base petroleira.

Em tempos difíceis como os de hoje, em que vemos muitos companheiros trocarem de lado, sindicatos envolvidos em escândalos e descolados de sua base, precisamos reafirmar nossos princípios. O Sindicato, nada mais é do que os seus filiados, do que a organização da categoria em luta. É também a instituição máxima de representação e mobilização coletiva do trabalhador.

A categoria espera, através de ações

do sindicato, ter as suas almeçadas reivindicações alcançadas através da luta por melhorias salariais e bem-estar social. A busca pela defesa e ampliação dos direitos dos trabalhadores deve ser incessante! O dirigente tem por obrigação saber ouvir, conhecer, encaminhar com responsabilidade, competência política e jurídica as reivindicações de seus representados. Organizando o quadro social através das diversas comissões formadas pela base. Não discriminar, dando tratamento uniforme a todos. Unindo e mobilizando as bases em prol das confrontações decorrentes das lutas permanentes. Digase, o Sindicato, é a categoria organizada na luta, apoiando os movimentos decorrentes das reivindicações da categoria, apenas coordenadas por seus dirigentes.

O representante dos trabalhadores - além dos inúmeros requisitos aqui mencionados, precisa ser um bom negociador, buscando sempre as soluções mais adequadas em busca de novas vitórias. Tudo isso, não será possível, se o dirigente não tiver o espírito do compromisso e responsabilidade maior para com a categoria a que se propõe representar e organizar. Um dirigente não pode ser inconseqüente. Isto porque, no meio sindical, não se pode admitir desrespeitos com a categoria e imaturidade. Este é o verdadeiro papel do sindicalista. O diretor que não estiver imbuído desse propósito de construção coletiva e participação orgânica da base, não serve para representar, mobilizar e nem ser porta-voz da categoria.

O dirigente sindical tem que ter coragem, isentar-se do medo de errar; contar

do que não cometa duas vezes o mesmo erro. Sacrificar-se em prol da liberdade para assegurar a justiça.

Este "Fala, petroleiro" é dedicado aos novos dirigentes eleitos para este Sindipetro-RJ, para o mandato 2008/2011, a iniciar em 01 de junho, em que a categoria muito espera de todos. Os aposentados mais uma vez, soberanamente prestigiar, acreditando e reconhecendo a pujança do seu forte voto à chapa vitoriosa, esta por sua vez saberá honrá-lo. A defesa dos sofridos aposentados e pensionistas e o combate a toda forma de discriminação entre aposentados e o pessoal da ativa, que juntos formam verdadeiros parceiros na luta, serão tónicas dessa futura gestão.

José Maria Nascimento - Aposentado e Diretor do Sindipetro-RJ

Sindicalizados podem enviar contribuições para esta coluna para imprensa@sindipetro.org.br até o limite de 2.500 caracteres

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E PATRIMÔNIO: Tânia, Marcos Barbosa e Valdecir - Ramal 231. **SECRETARIA DE APOSENTADOS E PREVIDÊNCIA:** Schopke, Furtado e Mauricéia - R/202/238. **SECRETARIA DE ASSUNTOS JURÍDICOS:** Laerte, José Maria e José Roberto - R/218/219. **SECRETARIA DE FINANÇAS:** Soriano, Renato e Carmen - R/203/227. **SECRETARIA GERAL:** Emanuel, Joacir e Hélio - R/206. **SECRETARIA DE FORMAÇÃO SINDICAL:** Odilon/licenciado, Marcia e Figueiredo - R/205. **SECRETARIA DE SAÚDE E MEIO AMBIENTE:** Adílio, Hugo e Geraldo - R/222/236. **SECRETARIA DE IMPRENSA:** Espinheira, Munhoz e Nilsinho - R/207/237. **EDIÇÃO E REDAÇÃO:** Cláudia de Abreu (MTB 17.081-RJ). **REDAÇÃO:** Celso Lima (21.290-RJ). **ESTAGIÁRIA:** Leila Leal. **SECRETARIA:** Maria Santafé. **PROJETO GRÁFICO:** Cláudio Camillo (MTB 20.478). **DIAGRAMAÇÃO:** Carlos Soares (MTB 3698). **ILUSTRAÇÃO:** Luís Cláudio (Mega). **FOTOS:** Samuel Tosta. **IMPRESSÃO:** Tipológica. **TIRAGEM:** 12.000

Av. Passos, 34, Centro, RJ. CEP: 20051-040 - ☎ (21)3852-0148 - FAX: (21)2509-1523
Página Eletrônica: <http://www.sindipetro.org.br>
Correio Eletrônico: sindipetro-f@sindipetro.org.br - imprensa@sindipetro.org.br
SUBSEDES
☐ Rua Itassucê, 157, Jacuacanga, Angra dos Reis. CEP: 23905-000
Tel/Fax: (021)243361-2659 - Correio Eletrônico: sub-sede-angra@sindipetro.org.br
☐ Rua Doutor Fross da Cruz, 126, Sala 3, Centro, Niterói. CEP: 24030-030
Tel/Fax: (021)3604-2059
☐ Rua Januário Caffaro, Lote 27, Sala 101, Centro, Itaboraí. CEP: 24800-000

Soberania Nacional Ameaçada

Mercado de GNL brasileiro está nas mãos de multinacional

Acordo firmado entre Petrobrás e White Martins é extremamente lesivo ao país

Denunciado como crime de lesa-pátria, o Consórcio Gemini, composto por 60% de ações da White Martins e 40% da Gaspetro (subsidiária da Petrobrás), para a produção e distribuição de Gás Natural Liquefeito, continua funcionando normalmente. Autor da denúncia contra o acordo, o professor universitário e engenheiro João Vinhosa falou ao programa **Rádio Surgente** da Web Rádio Petroleira, no último dia 19/5, para esclarecer que tipo de prejuízos o país tem e poderá vir a ter em função da parceria.

Vinhosa, que acompanha o Gemini desde as primeiras negociações entre Petrobrás e White Martins, em 2004, alerta o quanto lesiva aos interesses do Brasil é essa sociedade, que busca levar o gás natural às regiões não atendidas pelo sistema de distribuição canalizado. A parceria foi firmada para os processos de liquefação e transporte do gás natural liquefeito, já que, para ser transportado em grandes quantidades sem gasoduto, o gás natural precisa ser transformado para o estado líquido e transportado, a baixíssimas temperaturas, por carretas em tanques que funcionam como "garrafas térmicas". A alegação da Petrobrás para fechar o acordo foi a de não ter o conhecimento necessário sobre os processos de liquefação e transporte de gás liquefeito.

O grande questionamento ao Gemini é o fato de o consórcio se obrigar a contratar a sócia majoritária White Martins para a execução dos serviços de liquefação, armazenamento e transporte do gás natural, quando existem outras empresas no país que realizam tais serviços. O "Acordo de Cotistas" do Gemini, portanto, garante lucros exorbitantes à transnacional acionista majoritária da sociedade, a White Martins, que pertence integralmente à empresa estadunidense Praxair Inc.

"O prejuízo que essa sociedade causou ao país é muito grande, e pode ser ainda maior. O Gemini contratou a White Martins para transporte do gás natural em todo o país, imaginem o dinheiro que está envolvido nisso. A White Martins pode cobrar o que quiser. E quem está fiscalizando isso? Há funcionários da Petrobrás para defender nossos interesses, procurando saber se é regular ou não o que está sendo cobrado do Gemini? Se a White Martins transportadora faz o serviço e cobra da Gemini, 40% da despesa é da Petrobrás e 60% da própria White Martins. O que acontece é que a White Martins tira de um bolso e põe no outro, e os 40% da Petrobrás vão, também, para o bolso da White Martins. A Petrobrás paga 40% do valor do transporte a preço sigiloso, sem concorrência e sem que o preço seja declarado sequer para o Tribunal Contas da União", explicou Vinhosa.

O professor e engenheiro, que por seis anos compôs o Conselho Nacional do Petróleo, alertou ainda para o fato de que os impactos negativos da parceria serão mais sentidos se o Brasil encontrar poços de gás e decidir entrar no mercado internacional. A recente des-



A alegação da Petrobrás foi a de não ter o conhecimento necessário sobre os processos de liquefação e transporte de gás liquefeito

coberta do Campo de Júpiter, com previsão de capacidade de produção de gás muito grande, é apenas um exemplo do que pode vir a acontecer: "As consequências, que hoje já são grandes, serão ainda maiores se descobirmos gás para explorar. Investir em um poço como esse, o Campo de Júpiter, de águas profundas, de cara exploração e produção, só será viável se o Brasil entrar no mercado internacional, já que nós não temos essa capacidade de consumo.

Outro ponto destacado no programa, relacionado à garantia da sobe-

O Cenpes poderia cumprir papel fundamental, utilizando-se de seus recursos humanos e materiais para a produção de tecnologia própria para a liquefação e transporte do gás natural

rania nacional do Brasil, foi a importância do desenvolvimento de tecnologia pela Petrobrás, para que não se criem laços de dependência eterna com as multinacionais. Nesse sentido, o Cenpes (Centro de Pesquisas da Petrobrás) poderia cumprir papel fundamental, utilizando-se de seus recursos humanos e materiais para a produção de tecnologia própria para a liquefação e transporte do gás natural. "Imaginem se em 1954, 1955, a Petrobrás falasse que não sabia refinar petróleo e que, por isso, ia fazer sociedade com a She-

ll e deixar todo o refino com ela, para vender o petróleo já refinado aos brasileiros. Até hoje estaríamos nas mãos da Shell, que argumentaria que a tecnologia de refino é dela. Outro exemplo é o a distribuição: a Petrobrás não sabia transportar e hoje transporta por navios, com a BR Distribuidora. A liquefação do gás poderia seguir o mesmo caminho", finalizou João Vinhosa, desejando que o assunto venha à tona e ganhe cada vez mais repercussão e visibilidade, para que seja definitivamente esclarecido.